



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EDcl no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150419 - MA (2021/0220233-0)**

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**EMBARGANTE** : ARLESSON CARVALHO SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA SOBRINHO - MA008085  
**EMBARGADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ARLESSON CARVALHO SANTOS à decisão que indeferiu a liminar em *habeas corpus*, nos termos do art. 21, inciso XIII, *c*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante a existência de contradição no *decisum*, pois (fl. 200):

[...] o pedido de Liminar é apenas e tão somente para revogação da prisão preventiva conforme fundamentação no RHC, e o pedido do mérito é trancamento da Ação penal, ou seja, o pedido da liminar não se confunde com o pedido do mérito.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a sanar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há nenhum vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

A decisão é clara ao consignar que o pleito liminar não procede, pois "inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão" (fl. 194), e acresce que melhor análise cabe ao órgão competente.

O fundamento quanto ao trancamento da ação serviu de apoio para demonstrar que não havia plausibilidade para atuação da Presidência, o que afasta a alegação de contradição na decisão.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos

os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução" (EDcl nos EDcl no REsp n. 1.642.531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, veja-se o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e determino a remessa dos autos diretamente ao ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente